



Relatório de Atividades

2018

Misericórdia
Vila Nova de Gaia

Relatório de Atividades
do Balanço, Contas e Parecer do Conselho Fiscal de 2018
Vila Nova de Gaia, março de 2019

Na capa
“Quinta da Bandeira, 1930”
Esta propriedade foi adquirida em 23 de maio de 1930 para a instalação da Sede da
Misericórdia e do primeiro hospital público da Cidade de Vila Nova de Gaia.
(Arquivo Fotográfico da SCMG – PT/AHMOVNG/I/A/003)

ÍNDICE

INSTITUCIONAL	
Mensagem do Provedor	1
Órgãos Sociais	5
Atividades dos Órgãos Sociais e Irmandade	6
Nível de execução do Plano de Atividades de 2018	9
Parcerias e Protocolos	10
Academia Sénior	10
Assistência Espiritual e Religiosa	11
Serviço de Qualidade	11
Empreendedorismo Social	11
Centro de Formação	11
Serviço de Recursos Humanos	21
Património Imóvel	23
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	
Creche e Pré-Escolar	13
Casa de Acolhimento	14
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	14
Centro de Dia	15
Apoio Domiciliário	15
Serviço de Voluntariado	16
Serviço de Ação Social	16
RESIDÊNCIAS SENIORES CONDE DAS DEVEZAS	
Residências Seniores Conde das Devezas	18
ÁREA OPERACIONAL DA SAÚDE	
Centro de Medicina Física e de Reabilitação	19
Farmácia da Misericórdia de Gaia	20
Proposta de aplicação de resultados	25
Notas Finais	25
RELATÓRIO DE CONTAS	
Demonstrações Financeiras 31 dezembro de 2018	26
Parecer do Conselho Fiscal	57
ANEXO – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	

Mensagem do Provedor

Caras e prezadas Irmãs, caros e prezados Irmãos,

De acordo com o previsto no nosso Compromisso, al. c) do n.º 1 do artigo 22.º, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades, do Balanço e Contas do exercício de 2018.

O ano cuja actividade e contas agora se apresentam coincidiu com o termo do mandato (2015/2018) pelo que os atuais corpos gerentes foram, na maior parte, aqueles que prepararam este relatório e por isso a perspectiva e os conceitos desta análise não sofreram alterações significativas. Apesar dos desafios da conjuntura económica, social e política, o nosso compromisso manteve-se no conjunto das ações que são a nossa missão e nas expectativas da comunidade do Município de Gaia. Mantivemos o esforço e motivação de, sempre com os olhos na sustentabilidade económico-financeira, continuar a corresponder aos seus e nossos anseios.

Serviço de Ação Social

Depois de muita ponderação, foi com grande mágoa que, em 31 de julho de 2018, encerramos a valência Casa de Acolhimento N.ª Sr.ª da Misericórdia. É do conhecimento dos Irmãos que o desempenho financeiro deste equipamento social foi acumulando resultados negativos, em parte por ser um protocolo atípico e em consequência disso nunca se ter encontrado o equilíbrio da chamada massa crítica adequada (nº de crianças versus acordo de cooperação). Àquela data os prejuízos rondavam € 2 100 000, o que era incomportável para a nossa Instituição.

Não podemos, por um lado, deixar de valorizar o empenho dos anteriores Órgãos Sociais desta Instituição para a manutenção desta resposta e, por outro, de expressar a nossa consternação por este desfecho, pois sabemos que se tratava de uma resposta muito estimada nesta Santa Casa e das que mais nos comprometia perante a nossa Missão. Durante este processo de encerramento empenhamo-nos em proteger as garantias e direitos dos trabalhadores, bem como os projetos de vida estabelecidos e assessorados pela entidade tutelar.

Não podemos deixar de realçar o apoio do Centro Regional da Segurança Social do Porto em todo este processo, nomeadamente no acompanhamento com zelo e respeito às crianças e seus pais.

No âmbito da inovação e empreendedorismo social, apresentamos para este espaço agora devoluto, em novembro de 2018, uma candidatura ao PROCOOP para a criação de um Centro de Estimulação Integral para pessoas com demência.

A requalificação dos Equipamentos Sociais persistiu como uma das ações prioritárias para melhorarmos a qualidade de vida dos nossos utentes e promovermos, em termos de serviços sociais, o que é entendido como primeiras necessidades no nosso Concelho.

Para isso, além de outros equipamentos, adquirimos 50 camas articuladas para o Equipamento Social António Almeida Costa e 50 para o Equipamento Social José Tavares Bastos o que permitiu uma maior funcionalidade geriátrica e melhoria ergonómica para os trabalhadores que diariamente executam as tarefas mais árduas.

Atentos à legislação, num ou noutro caso, procedemos à renovação e adaptação dos quartos dos Equipamentos Sociais. Infelizmente ainda não foi consignado, dentro do “Portugal 2020”, a utilização de recursos para a requalificação dos Equipamentos Sociais António Almeida Costa e José Tavares Bastos. Perante as expectativas que se nos colocam para 2019 e em face da continuada pressão exercida pelo Instituto da Segurança Social, cremos que em 2019 teremos condições para iniciar a melhoria destes dois equipamentos.

Porém, é na nossa actividade principal (prestação de cuidados na terceira idade) que manifestamos a maior das preocupações porque os resultados negativos continuam a acumular-se a 31.12.2018. Valeu-nos o resultado dos rendimentos que aumentaram 5.4% entre 2017 e 2018 sendo que entre 31.12.2014 e 31.12.2018 os mesmos cresceram 32.4%. A conclusão é que perdemos mais de meio milhão de euros na atividade ligada à terceira idade. E não podemos deixar de referir a área da Infância que, pelo segundo ano consecutivo, também regista resultados negativos.

Os Acordos de Cooperação constituem o maior volume de rendimento, contudo, é com enorme preocupação que verificamos que os aumentos se cifram em apenas 2,2% de 2017 para 2018 o que fica muito aquém de corresponder ao real gasto nas respostas sociais. Este quadro agrava-se com as sucessivas atualizações do Salário Mínimo Nacional e as adaptações anuais do contrato coletivo de trabalho com a CNIS que fizeram disparar os gastos com pessoal de € 4 224 973 em 31.12.2014 para € 4 888 016 em 31.12.2018 ou seja um aumento de 15,7 % quando os acordos foram aumentados em apenas 8.5% no mesmo período.

Em 12 de dezembro de 2018 foi assinado com a TEISIL – Empresa de Construções Ld.^a, o contrato de empreitada de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas (RSCD), integrando uma cozinha e uma lavandaria únicas da Instituição. Esperamos, como aprovado em Assembleia Geral, requalificar este espaço – no qual não houve beneficiações desde que entrou em funcionamento, exceto na requalificação de apartamentos à medida que iam ficando disponíveis – e passar os resultados de negativos a positivos. Sabemos que vai levar algum tempo ...

Parcerias

Assinamos com o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho um protocolo que visa a libertação de camas hospitalares ocupadas por doentes idosos, com ou sem retaguarda familiar, que não necessitam de apoio hospitalar de urgência mas, carecem de cuidados temporários de terceiros.

No âmbito da Cooperação Municipal e através da cedência graciosa à Santa Casa de dois “Outdoors”, em locais a definir, propriedade do Município, destinados ao aluguer para publicidade e cuja rentabilidade visa o financiamento de atividades que venham a ser levadas a cabo pela nossa Santa Casa.

O Prémio BPI Solidário distinguiu o Programa “Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz” de entre duas centenas de candidaturas.

Recursos Humanos

No ano de 2018 tivemos um agravamento de € 120.612,44 nos gastos com o pessoal resultado do aumento do salário mínimo nacional, de indemnizações e de ajustes nas contratações e outras medidas. Dada a experiência menos positiva com empresas prestadoras de serviços na área social, optamos, em 2018, pela contratação de trabalhadores, a prazo, para colmatar férias, baixas e faltas ao serviço. No entanto os gastos consolidados com pessoal continuam proporcionalmente a baixar face aos rendimentos que obtivemos (baixou de 53 % em 30.12.2017 e 51.6 % em 31.12.2018). Os nossos trabalhadores – a quem queremos prestar público reconhecimento - não baixaram os braços e consideramos, sem dúvida, que estão, empenhadamente, ao serviço dos nossos utentes. Bem hajam por isso.

Farmácia

Congratulamo-nos com os resultados obtidos nas vendas da nossa Farmácia que, de 2017 para 2018 aumentaram mais de 16%, acompanhando também uma tendência de redução do valor dos stocks. O resultado líquido do exercício, positivo em 2017, na ordem dos € 55 318,00 passou para € 125 717,88 em 31.12.2018.

Centro de Medicina Física e de Reabilitação (CMFR)

Os rendimentos (prestação de serviços) passaram de € 700 630,85 em 2017 para € 804 895,18 mas não podemos deixar de realçar que o aumento de 1.1.2015 para 31.12.2018 foi de € 151 616,03 ou seja uma variação de 51.6 %, o que é notável e dá boa nota do acerto na gestão desta unidade. A aposta desta Mesa Administrativa permitiu variar de um resultado líquido, negativo no exercício de 2015 (€ - 15.177,93) para o resultado líquido, positivo, de € 86.965,17, em 2018.

Residências Seniores Conde das Devezas

Outra nota que devemos realçar tem a ver com o esforço que a Mesa Administrativa tem vindo a fazer nesta Unidade: continuamos a ter, comparado com 2017, 10 residentes que nada pagam, 13 que pagam um valor médio de € 625,59 sendo que os restantes (35) têm um rendimento médio de € 1 337,41. Apesar disso, o rendimento mensal por residente aumentou de 2014 a 2018, cerca de 30.5%, mas insuficiente para compensar o prejuízo mensal, resultando entre a receita mensal e a despesa mensal, um, ainda, deficit de € 359,23. Apesar de tudo, conseguimos melhorar porque o prejuízo mensal por utente foi, em 2017, de € 442,80.

Da atividade privada, registre-se que, pela primeira vez em 2018, o somatório dos resultados positivos da Farmácia mais os do Centro de Medicina Física e Reabilitação compensou – e daí resultou lucro - o prejuízo que obtivemos nas Residências Seniores. Podemos dizer que finalmente a nossa atividade privada começa a atenuar os resultados negativos da nossa ação social.

Património

No ano de 2018 manteve-se o crescimento consecutivo dos proveitos do património de rendimento. Nessa prossecução de uma maior rentabilidade, concluímos a reabilitação de duas moradias em Valadares e assinamos em novembro um contrato de empreitada para a requalificação de 5 moradias da Rua Visconde das Devezas.

Outros estudos de rentabilidade assentes na requalificação do património foram iniciados, a saber: um estudo de reabilitação de 3 moradias na Rua Mouzinho de Albuquerque; execução dos projetos de arquitetura e especialidades para a obra de requalificação das moradias da Rua Conselheiro Veloso da Cruz e Rua Almeida Costa (o chamado prédio do Gaveto), execução dos projetos de arquitetura e de especialidades para a obra de requalificação da Rua de Entreparedes, n.º 6, no Porto além de outros casos, aqui e ali, com repercussões no aumento da rentabilidade embora se saiba que decorrerá ainda algum tempo para amortização do investimento feito e a fazer. Alguns destes projetos e respetivos financiamentos foram aprovados em Assembleias Gerais.

Regulamento Geral de Proteção de Dados

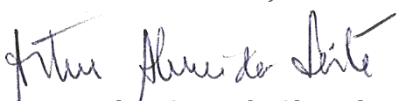
Em 25 de maio de 2018 entrou em vigor o novo Regime Geral de Proteção de Dados que nos obrigou a um investimento não previsto no Plano de Atividades de 2018, pela sua especificidade e de acordo com as obrigações legais, comprometeu-nos com o desenvolvimento de um projeto de compliance e a contratação de um DPO (Data Protection Officer), Encarregado de Proteção de Dados. Além disso desenvolvemos um Plano Formativo para os Quadros Médios e Superiores que diariamente lidam com o tratamento de dados pessoais e sensíveis.

Irmandade

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro a SCMG procedeu à atualização do Compromisso, da qual resultou a exoneração dos Irmãos que, após as tentativas de contacto previstas no Compromisso, não cumpriram com as obrigações. A atualização do ficheiro de Irmãos foi realizada pelos critérios de incumprimento (não pagamento de quotas/ desistência). Todavia, atentos às diversas manifestações de interesse desses ex-irmãos, foi elaborada uma proposta de alteração ao Compromisso, dos termos de readmissão, e que será submetida a apreciação da Assembleia Geral.

A finalizar, deixamos o nosso apreço em primeiro lugar aos Órgãos Sociais cessantes, pelo seu espírito voluntário e altruísta em favor desta Santa Casa; aos trabalhadores, qualquer que seja o seu vínculo, pelo desempenho, disponibilidade e competência demonstradas; a todas as entidades, fornecedores, parceiros, IPSS's, benfeitores, utentes, voluntários, o nosso público agradecimento.

V. N. Gaia, 13 de março de 2019



Provedor, Artur de Almeida Leite

Órgãos Sociais

São Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal. O mandato social tem a duração de quatro anos (2015 a 2018). Os titulares dos Órgãos Sociais em 2018 foram:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso
Vice-Presidente	Dr. Manuel Joaquim Pinto Barbosa Leão
1.º Secretário	Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros
2.º Secretário	Eng.º Vítor António Junqueira Ribeiro Cerqueira

Secretários Suplentes

Casimiro Rodrigues Sousa
Arnaldo António Vieira Ribeiro

Mesa Administrativa

Provedor	Artur de Almeida Leite
Vice-Provedor	Dr. António Carlos Almeida Teixeira
Secretário	Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves de Sá (Em 24.04.2018 pediu a renúncia ao cargo de Secretário da Mesa Administrativa, mantendo-se porém como Mesário sem pelouro)
Tesoureiro	Dr. José Carlos Filipe Ramos
Mesária	Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão
Mesária	Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva
Mesário	Eng.º António Fernando Aguiar Ferreira
Mesário	Dr. Mário Rui do Carmo Matos
Mesário Secretário	Eng.º Américo António da Silva Monteiro (A partir de 10.05.2018 assumiu o cargo de Mesário e Secretário da Mesa Administrativa)

Conselho Fiscal

Presidente	Eng.º Manuel Francisco Caruncho de Sá
Vogal	Manuel Francisco Chaves da Silva
Vogal	Rui Manuel Tavares Poças

Suplentes

Joaquim Carlos Dias Monteiro
Dr. Alcino José Lopes Vieira dos Santos

Atividades dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

De acordo com o Compromisso a Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da Misericórdia de Gaia.

As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias. No ano de 2018, a Assembleia Geral reuniu ordinariamente duas vezes, extraordinariamente quatro vezes e em Assembleia Eleitoral uma vez.

As Assembleias ordinárias ocorreram no mês de março e novembro, para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício anterior e do parecer do Conselho Fiscal e para apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional de Investimentos e Desinvestimentos para o ano seguinte e parecer do Conselho Fiscal, respetivamente.

As Assembleias Extraordinárias, convocadas a pedido da Mesa Administrativa, ocorreram nas datas abaixo assinaladas e com as seguintes Ordens de Trabalhos:

Em 14.04.2018:

- “1. Deliberar acerca de uma proposta apresentada pela Mesa Administrativa, para proceder à promoção e alienação dos 6 lotes que constituem o denominado “loteamento da Quinta das Devezas”, sitos na Rua D. Leonor de Freitas e frente para a Rua José Falcão, União de Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada, inscritos com os artigos matriciais n.ºs 3858; 3859; 3860; 3861; 3862; 3863; 609.

2. Deliberar sobre proposta da Mesa Administrativa para a contratualização de um financiamento bancário no montante de € 2.200.000,00 destinado às obras de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, construção da Cozinha e Lavandaria Únicas”.

Em 02.05.2018:

- “Proposta da Mesa Administrativa para que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, na decorrência do já aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Instituição realizada em 14 de abril corrente e tendo em vista o financiamento de obras de requalificação das Residências Seniores Conde das Devezas, no valor de dois milhões e duzentos mil euros, dê em primeira hipoteca a favor da entidade financiadora, em garantia do reembolso do mútuo do referido montante a junto dela contratar, o seu prédio urbano usualmente denominado “Lar Residencial Conde das Devezas”, sito na Rua Particular às Árvores, 20, 28, 42, 66, 84, 96, 11 e 126 (Frações A e B), lugar de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, com a área total de terreno de 2.327,50 m², inscrito na matriz respetiva da União das Freguesias de Santa Marinha e São Pedro de Afurada no artigo 6641 (anteriormente urbanos 9921 e 7841 da freguesia de Santa Marinha) e descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 3249/20080328 – A e B, respetivamente a cada uma das referidas frações,

com o valor patrimonial de € 1.686.787,58, quanto à “A”, e € 2.833.582,68, quanto à “B”. Encontra-se com a propriedade registada a favor da Irmandade desde 28 de março de 2008 mercê da Apresentação 20, na mencionada Conservatória”.

Em 01.10.2018:

“Apreciação, discussão e votação de proposta apresentada pela Mesa Administrativa, em parte decorrente de notificação vinda da Direção-Geral da Segurança Social, no sentido de serem alteradas as atuais redações dos seguintes preceitos do Compromisso:

- a) Art.º 17.º - n.º 2, atualmente com a redação *“Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais membros dos Órgãos Sociais, podem eles passar a ser remunerados, desde que, sob proposta da Mesa Administrativa, a Assembleia Geral assim o delibere e fixe o respetivo montante da retribuição, no máximo de 4 vezes o indexante de apoios sociais”*, deve passar a constar a seguinte redação: *“Quando o volume do movimento financeiro, do trabalho das atividades a desenvolver da constância e intensidade das responsabilidades ou a complexidade dos serviços exijam o trabalho e a presença prolongada de um ou mais membros da Mesa Administrativa, podem eles passar a ser remunerados, desde que, sob proposta desta, a Assembleia Geral assim o delibere e fixe o respetivo montante da retribuição, no máximo de 4 vezes o indexante de apoios sociais”*.
- b) Art.º 29.º, ponto 1, al.), com a seguinte redação: *“Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas pela Mesa Administrativa, na administração da, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais”*, propõe-se que passe a ter a seguinte redação: *“Superintender, orientar e fiscalizar os respetivos serviços e respostas sociais, diretamente ou por intermédio das pessoas nomeadas pela Mesa Administrativa para esse efeito”*.

Em 07.12.2018:

- “Deliberar sobre proposta da Mesa Administrativa para a contratualização de um financiamento bancário ao abrigo do IFRRU (o IFRRU 2020 é um instrumento financeiro criado no âmbito do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, integrado no PORTUGAL 2020, sendo cofinanciado por fundos europeus, que concede empréstimos nas condições mais vantajosas, para apoiar a reabilitação urbana, em todo o território nacional), no montante de € 663.559,69, com IVA incluído, destinado às obras de requalificação de 5 moradias, sitas na Rua Visconde das Devezas, n.º 227 e n.º 229, inscritas no artigo matricial 2110; n.º 241, inscrita no artigo matricial 2111 e n.º 251 e n.º 253, inscritas no artigo matricial 2112, sitas na União de Freguesias de Santa Marinha e de São Pedro da Afurada e dê em primeira hipoteca a favor da entidade financiadora, em garantia do reembolso do mútuo oneroso do referido montante as cinco moradias acima descritas”.

Em 08.12.2018, realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral para eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio de 2019 a 2022.

Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa é o órgão de administração da Misericórdia de Gaia que assegura o cumprimento de todas as atividades que visam a prática das Catorze Obras de Misericórdia. Durante o ano de 2018, este órgão realizou 21 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias.

Conselho Fiscal

No ano de 2018 o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Santa Casa, emitiu pareceres, apresentou recomendações e analisou mapas financeiros e outros elementos necessários à prossecução da sua atividade com vista ao rigoroso cumprimento da execução orçamental.

Conselho Geral

O Conselho Geral reuniu em conformidade com o previsto no Compromisso da Irmandade e teve como Coordenador o Irmão Dr. José Tavares Pinto Brandão.

Irmandade

604
Irmãos

11 admissões
112 desistências
49 falecimentos
354 excluídos por falta de pagamento de quotas

Em 2018 deu-se continuidade à regularização do universo de Irmãos desta Santa Casa, iniciada em 2017, de acordo com o novo Compromisso, conforme o Decreto-Lei 172-A/2014 de 14 de Novembro, aprovado, uma última alteração, em Assembleia Geral Extraordinária de 1 de outubro, homologado pela Diocese do Porto em 4 de outubro e por fim pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em 11 de dezembro, estando finalmente de harmonia com a Concordata vigente entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

O processo de regularização consistiu no contacto a todos os Irmãos para dar a conhecer as novas disposições. Este contacto permitiu auscultar o interesse e disponibilidade dos associados em continuar como Irmão da Misericórdia de Gaia. Ao mesmo tempo, e findas todas as formas que a Instituição dispunha para sensibilizar para o cumprimento do Compromisso, perderam a qualidade de Irmão todos os que não satisfizeram as obrigações a que estavam sujeitos.

Nível de execução do Plano de Atividades de 2018

Área de Intervenção	Concluído	Em Curso	Não Iniciado
GOVERNAÇÃO	22,22%	62,96%	14,81%
Sustentabilidade	100%	0%	0%
Reforço e Qualificação da Estrutura de Recursos Humanos	33,33%	66,67%	0%
Gestão de Recursos (Materiais, Equipamentos e Infraestruturas)	0%	60%	40%
Segurança Informática em Redes e Sistemas	33%	67%	0%
Controlo e Gestão Documental	0%	100%	0%
Comunicação e Imagem da Santa Casa da Misericórdia	25%	50%	25%
Atualização do Sistema de Gestão da Qualidade	0%	80%	20%
RESPOSTAS SOCIAIS	58%	8%	33%
Controlo Orçamental	100%	0%	0%
Obtenção taxa elevada de cumprimento dos objetivos dos PI	100%	0%	0%
Promover Cuidados de Saúde primários em utentes internados com elevado grau de dependência	100%	0%	0%
Aumentar as fontes de financiamento	38%	13%	50%
SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	33%	67%	0%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	67%	33%	0%
Melhoria contínua do serviço	0%	100%	0%
RESIDÊNCIAS SENIORES CONDE DAS DEVEZAS	58%	42%	0%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	100%	0%	0%
Aumentar a satisfação das partes interessadas	100%	0%	0%
Aumentar Fontes de Financiamento	0%	100%	0%
Melhorar a Gestão de Equipamentos Infraestruturas	0%	100%	0%
PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	24%	53%	24%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	25%	58%	17%
Melhorar a Gestão de Equipamentos Infraestruturas	0%	100%	0%
Melhorar a Credibilidade e Confiança Institucional	0%	0%	100%
Aumentar a satisfação das partes interessadas	50%	0%	50%
FARMÁCIA	80%	20%	0%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	100%	0%	0%
Aumentar a satisfação das partes interessadas	100%	0%	0%
Aumentar Fontes de Financiamento	0%	100%	0%
Melhorar a Gestão de Equipamentos Infraestruturas	100%	0%	0%
CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO	33%	33%	33%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	33%	0%	67%
Aumentar a satisfação das partes interessadas	100%	0%	0%
Aumentar Fontes de Financiamento	33%	67%	0%
Melhorar a Gestão de Equipamentos Infraestruturas	0%	50%	50%
ACADEMIA SÉNIOR DE GAIA	50%	0%	50%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	50%	0%	50%
Aumentar a satisfação das partes interessadas	0%	0%	100%
Aumentar Fontes de Financiamento	100%	0%	0%
CENTRO DE FORMAÇÃO	43%	43%	14%
Aumentar níveis de qualificação dos trabalhadores da SCMG	67%	33%	0%
Sustentabilidade/Aumento do Rendimento	50%	0%	50%
Certificação do CFMG noutras áreas de Educação e Formação	0%	100%	0%
RECURSOS HUMANOS	25%	50%	25%
Eficiência do serviço	25%	50%	25%
Nível de execução do Plano de Atividades 2018	37%	44%	19%

Parcerias e Protocolos

Face às atuais exigências do mercado, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia na busca de um diferencial competitivo, estabeleceu durante o ano de 2018 diversas parcerias e protocolos, para usufruto dos Órgãos Sociais, Irmãos, Utentes, Trabalhadores e seus familiares diretos:

No âmbito da Formação:

- Com COGNOS Formação e Desenvolvimento Pessoal, para a implementação de formação prática em contexto real de trabalho, assumindo a forma de estágio e contribuir para a inserção dos formandos no mercado de trabalho;

No âmbito da Saúde:

- Foi estabelecido um Protocolo de Colaboração entre o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho e a Santa Casa, para a libertação de camas hospitalares ocupadas por doentes idosos, com ou sem retaguarda familiar, que não necessitam de apoio hospitalar de urgência mas, carecem de cuidados temporários de terceiros;
- Enquadrado no campo da responsabilidade social na saúde pública, foi celebrado entre a Santa Casa e as Premium Ópticas um Protocolo de Cooperação para a obtenção de condições especiais de acesso aos seus produtos e serviços;
- Acordo de Prestação de Serviços de Saúde com a Clínica Médica da Cooperativa do Povo Portuense, para os cuidados de saúde primários disponíveis na Clínica com todas as vantagens que presta aos seus sócios.

No âmbito da Cooperação Municipal:

- Através da cedência graciosa à Santa Casa de dois “Outdoors”, em locais a definir, propriedade do Município, destinados ao aluguer para publicidade e divulgação de eventos, cujas rendas visam o financiamento de iniciativas e atividades de relevante interesse público levado a cabo pela Santa Casa.

Academia Sénior de Gaia

Em 31 de dezembro de 2018 a Academia Sénior de Gaia contava com 596 alunos (em 2017 eram 611). A oferta formativa manteve-se inalterada desde o exercício de 2017.

Assistência Espiritual e Religiosa

O Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa é um serviço que contribui para o conceito de saúde integral e, como tal, insere-se na estrutura orgânica da Misericórdia de Gaia, conforme prevê o seu Compromisso.

Nas Capelas da Misericórdia de Gaia são realizados, sempre que possível, os seguintes atos: Missa semanal da Misericórdia de Gaia; Missa de sufrágio por alma de cada Irmão falecido; Missa de sufrágio por alma de cada internado que faleça; Missa de sufrágio por alma de cada Instituidor; Festa anual da Visitação em honra da Padroeira das Santas Casas da Misericórdia; Cerimónias litúrgicas da Semana Santa; Missa no mês de novembro de cada ano por alma de todos os Irmãos, Beneméritos e Benfeitores falecidos; Celebração e atos de culto que constituam encargos aceites e cerimónias litúrgicas que a Mesa Administrativa entenda, especialmente, assinalar.

Serviço de Qualidade

No ano 2018, a Misericórdia de Gaia procedeu à correção das não conformidades da Auditoria de Concessão ocorrida em setembro de 2017. Deu também início à transição do Sistema da Qualidade para o referencial EQUASS 2018.

Empreendedorismo Social

Em 2018, o gabinete de Empreendedorismo e Inovação Social elaborou as seguintes candidaturas: à Frota Solidária da Fundação Montepio, para aquisição de uma viatura de 9 lugares com rampa elevatória; candidatura ao Prémio BPI Solidário com o Programa “PRIMEIROS PASSOS”, que foi premiado; candidatura ao Prémio Fidelidade Comunidade, com o projeto SMARTSPACES, aguarda informação; candidatura ao NORTE 2020 - Equipamentos Sociais, para Requalificação do Equipamento Social António Almeida da Costa, aguarda informação, e, por fim, ao PROCOOP, para criação do Centro de Estimulação Integral da Santa Casa da Misericórdia de Gaia.

Centro de Formação

O Centro de Formação de Misericórdia de Gaia promoveu o aumento da qualificação escolar e reforçou a qualificação profissional dos trabalhadores, de acordo com o Plano de Formação Interno iniciado em 2017.

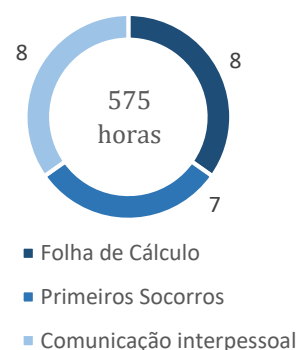
Qualificação escolar



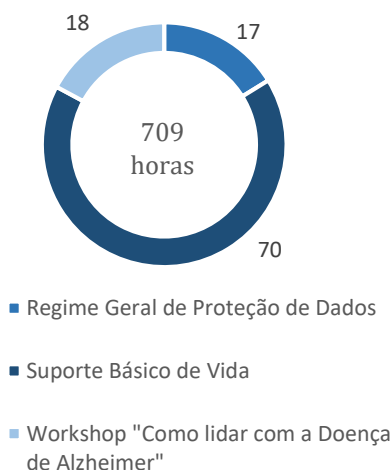
- Parceria com o Centro Qualifica da Fundação INATEL: sessões individuais e coletivas com os trabalhadores para estimular o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- Atualização de conhecimentos técnicos de inglês, informática, língua portuguesa, cidadania, e matemática.

- Formação acreditada (Catálogo Nacional das Qualificações) e financiada pelo POISE-FSE, ministrada em regime laboral e em parcerias com outras instituições (Associação das Escolas de Torne e Prado, a ABRAÇO, o Centro de Acolhimento da Serra do Pilar, o Centro Social e Paroquial de Mafamude, o Centro Social de Coimbrões e a AMI).

Qualificação profissional UFCD



Qualificação profissional



Em novembro de 2018 foi negociada, com o Centro de Formação de VNG do IEFP, a execução de 4 ações de formação financiadas para responder ao solicitado pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), designadamente no que toca à prevenção dos riscos profissionais e à relação entre trabalhadores e utentes. Estas ações continuarão em 2019.

2 ações de UFCD "Ergonomia e Movimentação Manual de Cargas"

2 ações de UFCD 7226 "Prevenção da Negligência, Abusos e Maus Tratos"

Ações de formação para utentes e famílias

Em parceria com a NORTEFOR, Lda, foram desenvolvidos dois percursos formativos:

"Ativar"

Formação de 300 horas, pensado e dirigido a um grupo de pessoas recém-formadas, assente na estimulação da saúde física e mental, no sentimento de utilidade social e na plena integração, tendo em vista a sua ativação, estribado no lema "há vida para além da reforma".

Esta ação culminou na realização do Debate “Reformei-me. E agora?”.

“Parentalidades”

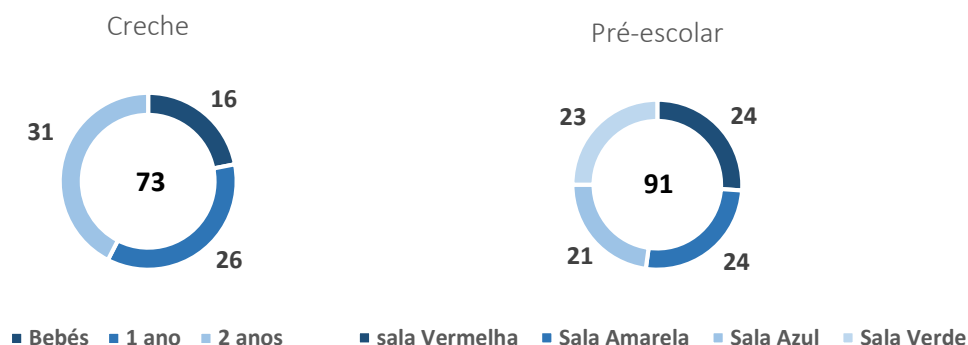
Ação de formação de 300 horas, com 7 pais e mães de crianças apoiadas pelo programa materno-infantil Primeiros Passos.

Estas iniciativas permitiram a requalificação de um espaço devoluto no Equipamento Social Tavares Bastos, que ficou, doravante, afeto ao Centro de Formação, com as condições técnico pedagógicas adequadas. A Entidade parceira contratualizou o aluguer da sala.

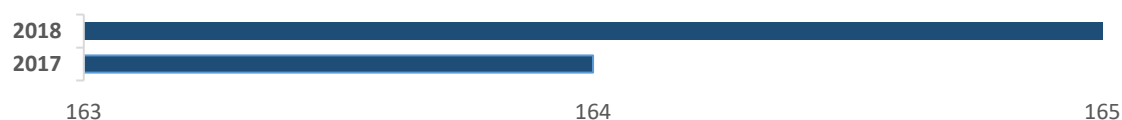
Área Operacional da Educação

Creche e Pré-Escolar

A 31 de dezembro de 2018, o movimento de crianças na Creche e no Pré-Escolar era o seguinte:



número de crianças



Em 2018 o quadro de pessoal sofreu alterações com a integração de Ajudantes de Ação Educativa que estavam afetas à Casa de Acolhimento.

Mantiveram-se os dois Acordos de Atividade Ocupacional, com o Centro de Reabilitação da Granja- CEFPI – apoio aos serviços de refeitório e um Acordo de Atividade Socialmente Útil, - apoio nas funções de telefonista, em colaboração com a APPACDM.

Ao abrigo do Programa CEI+ do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foram integrados três trabalhadores como Ajudantes de Ação Educativa.

Foram acolhidos 8 estagiários do Curso Técnico Ajudantes de Apoio à Infância da Escola Secundária António Sérgio.

A Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa contou, ainda, com a colaboração de Técnicos (Psicóloga, Educadora de Ensino Especial, Terapeuta de Fala, Terapeuta Ocupacional) da ELI Gaia e da APPACDM, para apoio educativo a 11 crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Casa de Acolhimento

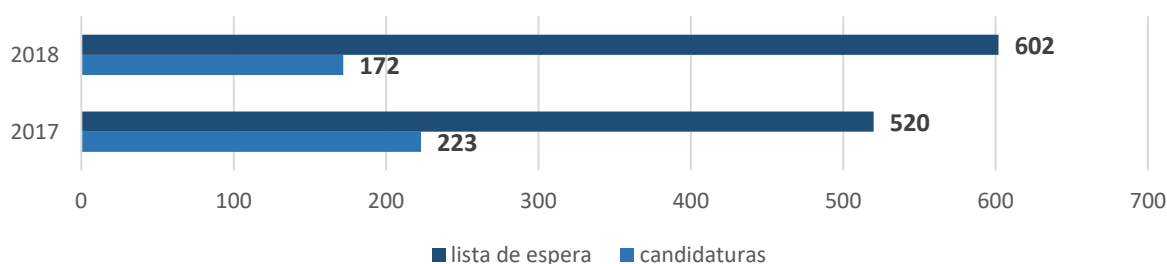
A atividade da Casa de Acolhimento Nossa Senhora da Misericórdia reporta até 31 de julho de 2018, data de encerramento desta resposta social.

Ao fecho da unidade, estavam ao seu cuidado 11 crianças, 1 com a medida de adoção definida, 3 com o processo de adoção iniciado e 1 com processo de apoio junto de outro familiar, também em fase inicial.

Os projetos de promoção e proteção das 10 crianças transitaram, sob acompanhamento da entidade tutelar, para a responsabilidade de outra Instituição de Acolhimento Residencial.

Área Operacional de Intervenção Social

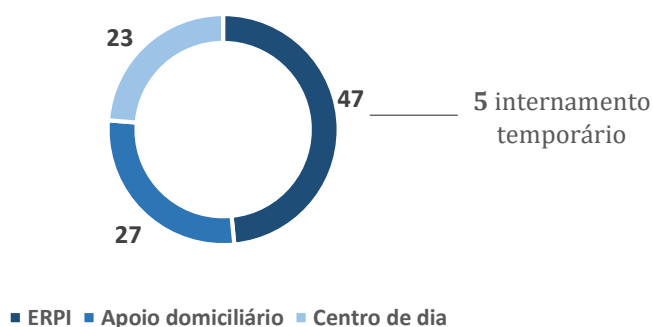
ERPI: Candidaturas / Lista de espera



A lista de espera de candidatos para integração em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas continua extensa verificando-se, como em anos anteriores, que o interesse em integração a curto/médio prazo é de candidatos em situação de dependência leve a moderada, grande dependência e/ou com quadro de demência.

No decorrer do exercício económico foram anulados 68 processos em lista de espera, por falta de renovação da inscrição, de acordo com o art.º 7.º do Regulamento Interno.

Admissões às respostas sociais para pessoas idosas



Desempenho Económico [Estrutura Residencial para Pessoas Idosas](#)

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	-€ 1 440 737,85	-€ 1 477 480,81	-€ 883 491,44
Média Clientes	96,75	83,92	58,83
Gasto Mensal Clientes	- € 1 240,95	- € 1 467,15	-€ 1 251,48
Total Rendimentos	€ 2 305 857,42	€ 1 309 970,63	€ 877 191,25
Média Clientes	96,75	83,92	58,83
Rendimento Mensal Clientes	€ 1 986,10	€ 1 300,81	€ 1 242,55
Resultado Mensal Por Cliente	€ 745,15	- € 166,34	-€ 8,92
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 1 247 767,57	€ 1 083 929,49	€ 707 045,91
Resultado Mensal Por Cliente	-€ 166,21	-€ 390,80	-€ 249,94
2017	-€ 94,50	-€ 179,00	-€ 165,74

Desempenho Económico [Centro de Dia](#)

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	-€ 104 392,49	-€ 138 559,58	-€ 90 576,00
Média Clientes	22,5	24,92	16,08
Gasto Mensal Clientes	-€ 386,64	-€ 463,35	-€ 469,40
Total Rendimentos	€ 149 771,32	€ 118 045,55	€ 79 621,70
Média Clientes	22,5	24,92	16,08
Rendimento Mensal Clientes	€ 554,71	€ 394,75	€ 412,63
Resultado Mensal Por Cliente	€ 168,07	-€ 68,60	-€ 56,77
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 76 221,97	€ 96 759,53	€ 62 006,17
Resultado Mensal Por Cliente	-€ 104,34	-€ 139,78	-€ 148,06
2017	-€ 70,22	-€ 114,87	-€ 29,30

Desempenho Económico [Apoio Domiciliário](#)

	E. S. Salvador Brandão	E. S. António Almeida Costa	E. S. José Tavares Bastos
Total Gastos	-€ 224 377,29	-€ 155 128,36	-€ 107 467,26
Média Clientes	37,25	25,67	19,58
Gasto Mensal Clientes	-€ 501,96	-€ 503,60	-€ 457,39
Total Rendimentos	€ 353 911,05	€ 142 400,21	€ 135 129,88
Média Clientes	37,25	25,67	19,58
Rendimento Mensal Clientes	€ 791,75	€ 462,28	€ 575,12
Resultado Mensal Por Cliente	€ 289,78	-€ 41,32	117,73 €
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 176 842,95	€ 116 829,70	€ 115 649,17
Resultado Mensal Por Cliente	-€ 106,34	-€ 124,33	€ 34,82
2017	-€ 91,03	-€ 75,58	€ 94,29

Serviço de Voluntariado

No ano de 2018 o Serviço de Voluntariado na Santa Casa foi alvo de uma reformulação. Para além de uma nova Coordenação que empreendeu uma dinâmica de crescimento direcionada para a renovação do grupo de Voluntários e para um voluntariado mais contemporâneo, engajado, participante e consciente, procurou, essencialmente, diferenciar o grau de comprometimento dos novos Voluntários com as necessidades mais sentidas na Santa Casa.

A cooperação entre Utentes, Trabalhadores e Voluntários foi devidamente trabalhada com vista à melhoria do ambiente na Instituição e, consequentemente, à melhoria da comunicação interna focando, essencialmente, a distinção no trabalho que a cada um compete.

A 31 de dezembro de 2018, o Serviço de Voluntariado contava com 24 Voluntários distribuídos pelos Equipamentos Sociais.

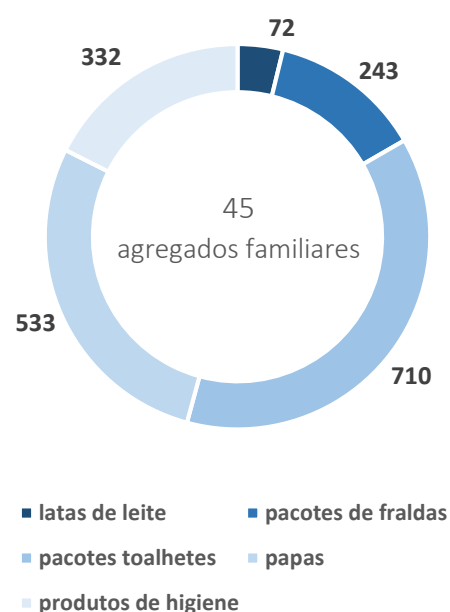
Serviço de Ação Social

No ano de 2018, o Serviço de Ação Social deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver ao nível do atendimento e apoio à Comunidade do Concelho e ao nível do atendimento a candidatos à resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), tendo sempre presente o enquadramento no sistema de gestão da qualidade assente no referencial EQUASS.

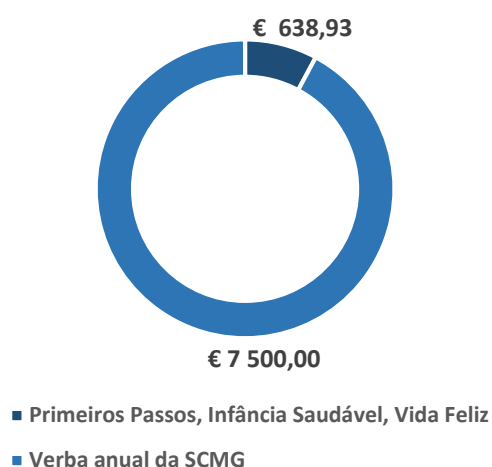
Apoio à comunidade

Angariação de fundos "Primeiros Passos Infância Saudável, Vida Feliz"	
Campanha	donativo
2 Campanhas de Angariação de Bens realizadas na Loja JUMBO de Canidelo	€ 3 774,00 em espécie
1 Recolha Loja Pingo Doce	€ 600,00 em espécie
Oferta de animação e presentes para a festa de Natal – Sonae Sierra - Gaia Shopping	
3 Recolhas Agrupamentos de Escola	em espécie
Venda de 250 pijamas	€ 409,00
Feira de Velharias	€ 808,50
Doações de Empresas Parceiras	€ 3 000,00

Apoios concedidos "Primeiros Passos, Infância Saudável, Vida Feliz"



Verba anual para concessão de apoios
em leite e medicação



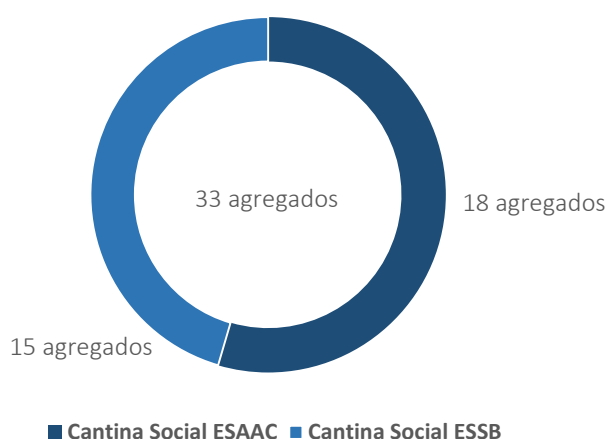
Banco de Materiais – Protocolo com o
Rotary Club de VNG (desde 1998)

Equipamento	Qtd.
Cama articulada manual	29
Cadeira de rodas	35
Cadeira Sanita – com rodas	3
Cadeira Sanita – sem rodas	3
Cadeira de duche com rodízio	2
Canadianas	1 par
Andarilho	6

Programa de Emergência Alimentar

Em 2018 houve uma diminuição deste apoio, forçado pelo desinvestimento do Estado a este programa. As parcerias estabelecidas em 2013 pela Misericórdia de Gaia com a Junta de Freguesia de Grijó e com a Junta de Freguesia de Avintes / Fundação Joaquim Oliveira Lopes, no sentido de ser facultado o acesso a refeições gratuitas às famílias caracterizadas por essas duas entidades, cessaram em 2018, dada a insuficiência do apoio. Mantiveram-se os agregados caracterizados pelo Serviço de Ação Social da Misericórdia de Gaia.

Beneficiários apoiados



Média diária de refeições em 2018

- ESSB: 34
- ESAAC: 55

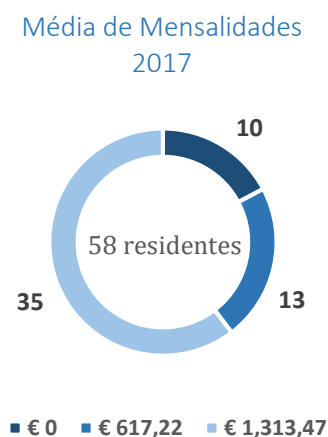
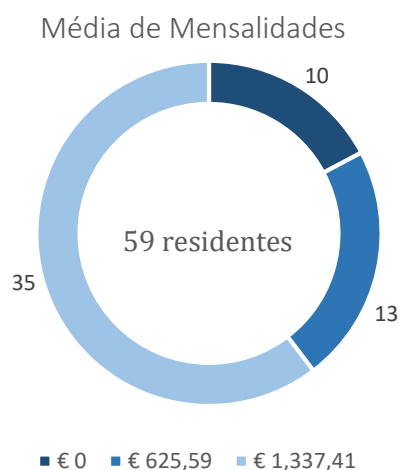
Residências Seniores Conde das Devezas

A procura de qualidade, num serviço que se pretende cada vez melhor, exige novas estratégias enquadradas nas bases da certificação da qualidade, na legislação aplicável, no cumprimento de regras impostas pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e por fim, na satisfação dos Residentes.

Em 2018 foram feitos investimentos ao nível das tecnologias de comunicação. Houve um alargamento e melhoria da rede de internet e telefone, bem como a melhoria da portaria eletrónica de forma a tornar mais funcional o acesso dos Residentes, Familiares e visitas, permitindo modernizar parte do serviço de receção.

O Serviço de Saúde empreendeu esforços na modelação e normalização de procedimentos que permitiram mais qualidade e rapidez de resposta. Foi testado e aplicado o novo método de preparação e distribuição de medicação.

Entrada de novos residentes



Desempenho Económico Residências Seniores Conde das Devezas

	2018
Total Gastos	€ 965 231,79
Média Residente	58,83
Gasto Mensal Utente	€ 1 367,26
Total Rendimentos	€ 759 231,37
Média Residente	58,83
Rendimento Mensal Residente	€ 1 075,46
Resultado Mensal Por Residente	-€ 291,80
Total Rendimentos s/ Resultados Património e Mais-Valias	€ 712 536,37
Resultado Mensal Por Residente	-€ 358,23
	2017
	€ -442,80

Área Operacional Saúde

Centro de Medicina Física e de Reabilitação

Em 2018 continuou o investimento na equipa e nos processos iniciados em 2017, quer nas metodologias de Gestão, nomeadamente nos conceitos Lean (eficiência) e Kaizen (melhoria contínua), quer na comunicação (no reforço das reuniões semanais de equipa, assim como da utilização das plataformas digitais do OSSOS), quer no investimento em política de gestão do cliente-utente, que entronca no aumento do foco na qualidade da prestação de serviço.

Continuou-se o processo de modernização dos equipamentos, adquirindo novos equipamentos que permitiram diversificar a prestação de serviços.

Encetou-se em 2018 o processo de análise da requalificação das atuais instalações onde funciona o Centro de Medicina Física e de Reabilitação mas, não constituindo ainda uma decisão final, outras alternativas estão também a ser devidamente estudadas por forma a que, no exercício de 2019, esta unidade beneficie de melhores condições para o seu funcionamento e crescimento da atividade.

O exercício económico de 2018 reforçou a tendência dos últimos exercícios da contínua melhoria do resultado líquido de exploração.

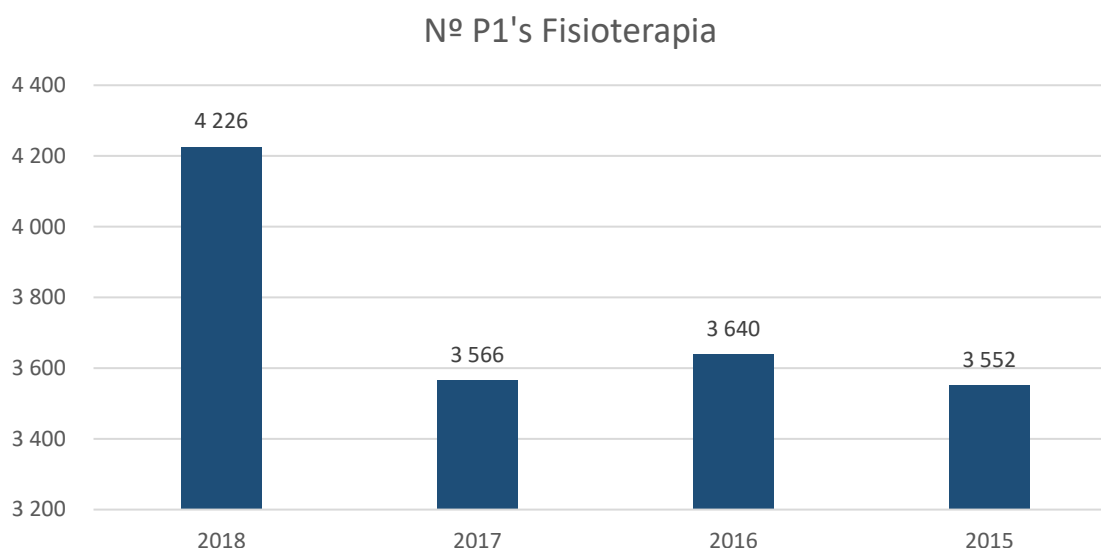
Desempenho Económico

Análise do Volume de Negócios dos quatro últimos exercícios económicos, considerando a imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais.

	total rendimentos			
	2018	2017	2016	2015
Prestação de Serviços	€ 804 895,18	€ 700 630,85	€ 557 764,73	€ 530 877,36

Análise do Resultado Líquido do Exercício (com imputação dos gastos e rendimentos dos Serviços Centrais) dos quatro últimos exercícios económicos.

	total rendimentos			
	2018	2017	2016	2015
E.B.I.T.D.A	€ 100 543,47	€ 21 544,18	€ 5 908,67	€ 1 633,33
Resultado líquido do exercício	€ 86 965,17	€ 9 007,44	(€ 8 692,44)	(€ 15 177,93)



Farmácia da Misericórdia de Gaia

Em 2018 consolidou-se a reestruturação da equipa de recursos humanos alocada a esta unidade, promovendo-se reajustamentos ao nível dos rácios de Farmacêuticos e Ajudantes Técnicos.

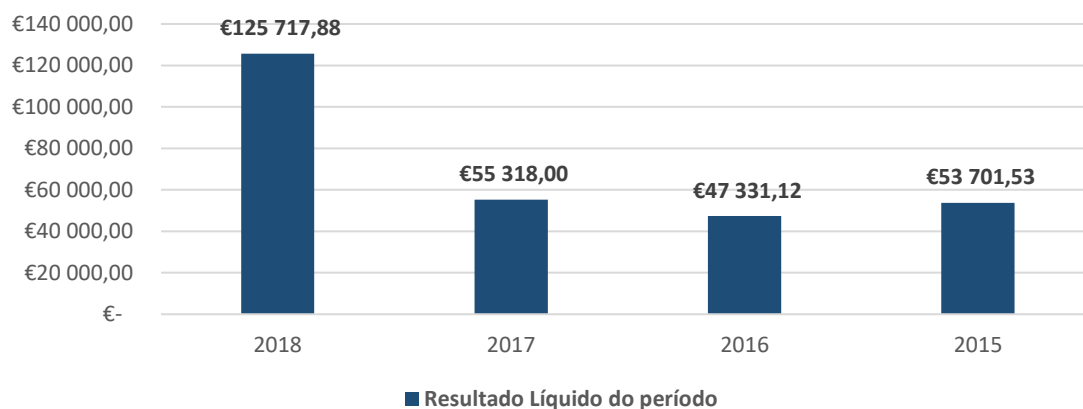
A revisão de toda a estratégia comercial, a procura de novos fornecedores com condições comerciais e financeiras mais vantajosas, o foco no cliente e o reforço dos procedimentos de controlo interno e de gestão, permitiram incrementar o volume de negócios da unidade e, cumulativamente, o próprio resultado líquido de exploração.

A perspetiva de crescimento que se verificou em 2018 e que se prevê que continue nos próximos exercícios económicos, implicou o estudo de rentabilização do investimento numa máquina de preparação de medicação automatizada que, permitirá diversificar o atual leque de cliente, captando ainda novos clientes particulares e institucionais. Constituirá uma realidade já no início do exercício de 2019.

Comparativamente ao exercício económico de 2017, nesta unidade de exploração conseguimos melhorar alguns indicadores que, seguramente, permitirão no curto prazo melhorar os resultados de exploração, nomeadamente:

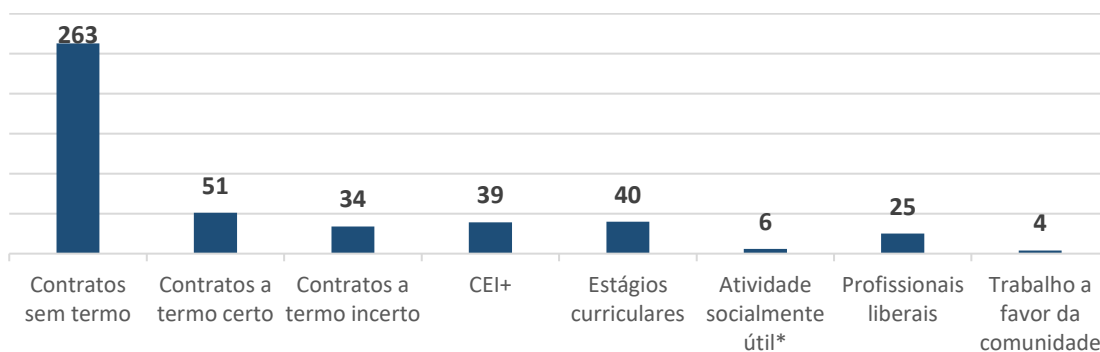
- Aumento do Volume de Negócios em 16,41%;
- Adequação da estrutura de recursos humanos face ao desequilíbrio entre o número de Farmacêuticos e de Ajudantes Técnicos;
- Valor do stock/Média Mensal de Vendas 2018: 1,20, quando em 2017 foi de 1,56.
- EBITDA de 2018: 154.980,83€, quando em 2017 foi de 72.726,70€;
- RLE de 2018: 125.717,88€ comparativamente ao ano de 2017 que ascendeu a 55.318,00€.

Resultado Líquido do período



Serviço de Recursos Humanos

Durante o ano de 2018, a Misericórdia de Gaia manteve a política de estabilidade no emprego e implementou a política integral de substituição de trabalhadores ausentes por gozo de férias através de contratos a termo certo, abandonando-se o recurso à prestação de serviços por empresas para este efeito.



* Número de beneficiários ao abrigo do *Protocolo de Cooperação para o Exercício de Atividade Socialmente Útil*, outorgado com o Instituto de Segurança Social, IP.

303

Número médio mensal de trabalhadores

2017: 288

43,78

Média de idade dos trabalhadores

2017: 46,5

Manteve-se a política de *turnover* por trabalhadores mais jovens, em consequência da necessidade de diversificação pelas diferentes faixas etárias.

Implementou-se a política de recrutamento e seleção com base nos perfis de admissão aprovados pela Mesa Administrativa em 2017.

Saúde no Trabalho

280

Consultas de medicina no trabalho

2017: 288

1

Inaptos

2017: 1

20

Aptos condicionados

2017: 36

Segurança no Trabalho

32

Visitas aos estabelecimentos para levantamento das condições de higiene e segurança no trabalho, avaliação de riscos profissionais e análise de acidentes de trabalho.

7

Simulacros de incêndio

19

Ações de formação no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

Acidentes de Trabalho

O número de acidentes de trabalho voltou a estabilizar na média de 2016, perdendo-se o efeito da drástica redução que tinha ocorrido em 2017. No ano de 2018 foram caracterizados como acidentes de trabalho 30 sinistros.

O maior número de acidentes deve-se a lesões causadas por fatores ergonómicos nos Equipamentos Sociais. Verifica-se a necessidade de insistir novamente na formação em movimentação manual de cargas (MMC), ergonomia e SST.

Sistema de Avaliação de Desempenho

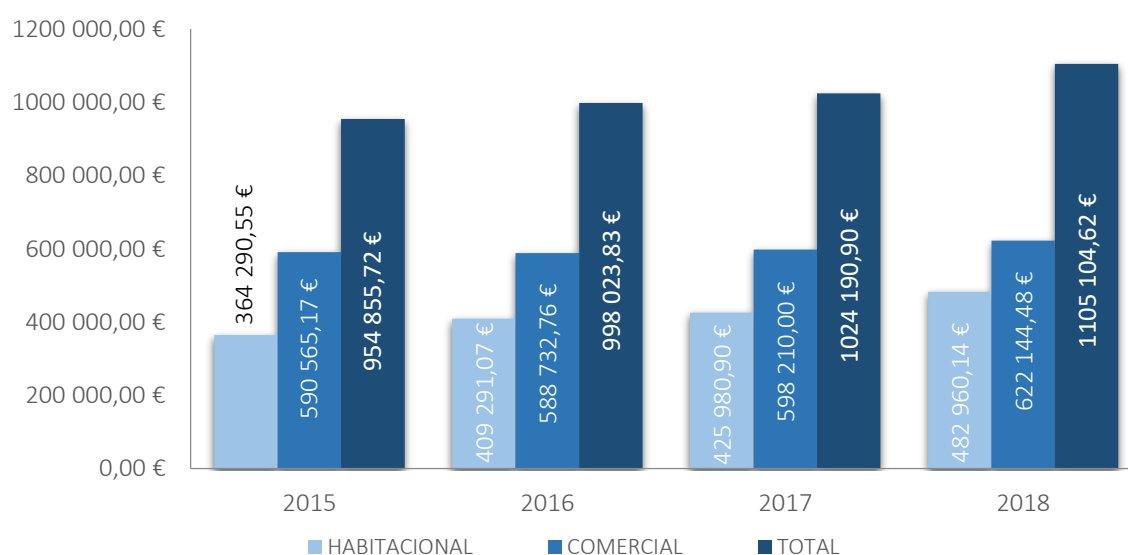
No ano de 2018, foram realizados os trabalhos tendentes à melhoria do sistema de avaliação de desempenho, atendendo às críticas apontadas em 2017. A proposta apresentada não foi objeto de decisão superior, tendo ficado suspensa a aplicação da avaliação de desempenho por tal motivo.

Património Imóvel

O património imobiliário é uma das principais fontes de rendimento da Misericórdia de Gaia contribuindo para a sustentabilidade da Instituição.

No ano de 2018 verificou-se um crescimento da receita relativamente ao exercício de 2017. A razão do aumento do proveito anual do património de rendimento deve-se à política de investimento na requalificação do património devoluto com aplicação de valores de rendas atualizadas num momento de elevada procura no mercado de arrendamento habitacional e de falta de oferta.

Proveitos Património de Rendimento



Os valores apresentados na tabela que se segue continuam a evidenciar a preferência e a estabilidade do mercado de arrendamento desta Instituição e o respetivo investimento constante na recuperação de frações devolutas.

Arrendamentos		2015		2016		2017		2018	
Novos	Habitacional	11	14	13	13	10	11	10	11
	Comercial	3		0		1		1	
Denúncias	Habitacional	17	20	6	6	5	7	10	16
	Comercial	3		0		2		6	

Designação/ Localização	Valores venda de imóveis
Rua Visconde das Devezas 326/328	€ 451.000,00
Rua José Mariani 306/308/310	€ 326.000,00
Imóvel na Alameda da República - Francelos	€ 326.000,00

Valorização do património Imobiliário

Os investimentos de 2018 são, maioritariamente, em ações de conservação, requalificação e recuperação de imóveis para exploração e dos imóveis afetos à operacionalização das respostas sociais da Misericórdia de Gaia, para maior funcionalidade dos serviços, qualidade e conforto dos utentes, segurança e cumprimento da legislação aplicável, como é o caso do processo de licenciamento, Licença de Utilização, do Equipamento Social José Tavares Bastos.

Designação/ Localização	Conservação	Requalificação	Recuperação
Centro de Medicina Física e de Reabilitação	€ 5 535,00		
Estrutura Residencial Conde das Devezas	€ 30 708,95		
Equipamento Social José Tavares Bastos	€ 8 236,50	€ 24 243,30	
Equipamento Social Salvador Brandão	€ 160 385,31		
Equipamento Social António Almeida Costa	€ 30 988,54		
Projeto Paineis Solares Térmicos (ESAAC)		€ 3 404,73	
Rua António Coelho Moreira, n.º 802, Gaia			€ 93 312,87
Rua de Entreparedes, n.º 6, Porto			€ 2 075,01
Rua S. Domingos Benfica, n.º 10, Lisboa			€ 65 948,89
Rua Visconde das Devezas, n.º 251, Gaia			€ 21 081,54
Rua Visconde das Devezas, n.º 203, Gaia			€ 1 290,93

Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2018, no valor de €669 162,54 (seicentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

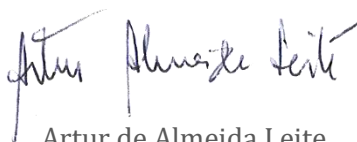
Notas Finais

A Mesa Administrativa agradece a todas as Entidades que durante o ano de 2018 colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Aos Trabalhadores e Voluntários o nosso profundo reconhecimento pelo esforço e dedicação no cumprimento das diretrizes traçadas e que permitiram atingir os resultados alcançados.

Este documento foi aprovado, por unanimidade dos presentes, na Reunião de Mesa Administrativa de 13 de março de 2019

Pel' A Mesa Administrativa



Artur de Almeida Leite,

Provedor

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Balanço	28
Demonstração dos Resultados por Valência	29
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	34
Demonstração dos Fluxos de Caixa	36
Anexo.....	37
1. Identificação da Entidade	37
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	37
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	37
3.1. Políticas Contabilísticas	37
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas	44
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas	44
3.4. Correção de erros de períodos anteriores	44
4. Ativos Fixos Tangíveis	45
5. Ativos Intangíveis	46
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	46
7. Locações	46
8. Custos de Empréstimos Obtidos	47
9. Inventários	47
10. Rédito	47
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	48
12. Subsídios, doações e legados à exploração	48
13. Benefícios dos empregados	49
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	49
15. Outras Informações	49
15.1. Investimentos Financeiros	49

15.2.	Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	50
15.3.	Créditos a Receber	50
15.4.	Outros Ativos Correntes	51
15.5.	Diferimentos	52
15.6.	Caixa e Depósitos Bancários	52
15.7.	Fundos Patrimoniais	53
15.8.	Fornecedores	53
15.9.	Estado e Outros Entes Públicos	53
15.10.	Outros Passivos Correntes	54
15.11.	Fornecimentos e serviços externos	54
15.12.	Outros rendimentos	55
15.13.	Outros gastos	55
15.14.	Resultados Financeiros	55
15.15.	Acontecimentos após data de Balanço	56

Balanço

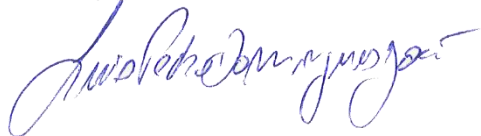
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

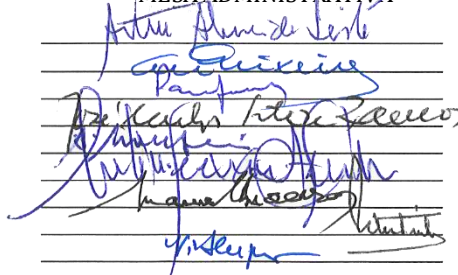
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2018	31-12-2017
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	11 452 831,27	11 490 620,42	
Bens do património histórico e cultural	6	52 097,19	52 097,19	
Ativos intangíveis	5	908,04	1 845,56	
Investimentos financeiros	15,1	21 476,20	19 368,32	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-	
Subtotal		11 527 312,70	11 563 931,49	
Ativo corrente				
Inventários	9	176 509,79	198 085,58	
Créditos a receber	15,3	202 244,63	181 436,36	
Estado e outros Entes Públicos	15,9	6 215,44	6 215,44	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	15,2	9 025,06	3 305,01	
Outros ativos correntes	15,4	103 993,36	99 423,04	
Diferimentos	15,5	18 044,65	8 434,15	
Caixa e depósitos bancários	15,6	1 896 158,30	1 133 248,68	
Subtotal		2 412 191,23	1 630 148,26	
Total do Ativo		13 939 503,93	13 194 079,75	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	15,7	3 588 634,24	3 588 634,24	
Excedentes técnicos		-	-	
Reservas	15,7	3 835 274,03	3 835 274,03	
Resultados transitados	15,7	522 488,50	454 712,53	
Excedentes de revalorização		-	-	
Outras variações nos fundos patrimoniais	15,7	2 945 560,92	2 932 755,69	
Resultado Líquido do período		669 162,54	67 775,97	
Total dos fundos patrimoniais		11 561 120,23	10 879 152,46	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	11	96 500,00	151 500,00	
Provisões específicas		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	157 127,23	113 124,66	
Outras dívidas a pagar	15,10	-	-	
Subtotal		253 627,23	264 624,66	
Passivo corrente				
Fornecedores	15,8	638 378,81	616 212,20	
Estado e outros Entes Públicos	15,9	129 316,81	126 606,51	
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-	
Financiamentos obtidos	7/8	58 279,00	28 325,78	
Diferimentos	15,5	356 777,16	401 930,83	
Outros passivos correntes	15,10	942 004,69	877 227,31	
Outros passivos financeiros		-	-	
Subtotal		2 124 756,47	2 050 302,63	
Total do passivo		2 378 383,70	2 314 927,29	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13 939 503,93	13 194 079,75	

Vila Nova de Gaia, 13 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



MESA ADMINISTRATIVA



Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

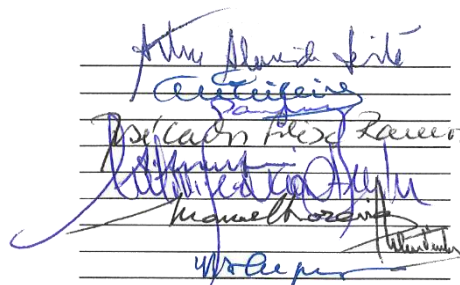
Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	4 923 371,24	4 497 406,42
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 274 701,12	2 341 482,48
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	7 037,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1 062 218,51)	(968 291,29)
Fornecimentos e serviços externos	15,11	(3 011 663,07)	(3 008 370,05)
Gastos com o pessoal	13	(4 217 975,22)	(4 097 362,78)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2/15.3	(793,97)	(20 625,03)
Provisões (aumentos/reduções)	11	55 000,00	(55 000,00)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		(2 455,85)	33,15
Outros rendimentos	15,12	2 381 843,64	1 858 704,57
Outros gastos	15,13	(183 020,11)	(59 617,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 156 789,27	495 397,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(482 525,46)	(423 197,14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		674 263,81	72 200,54
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15,14	(5 101,27)	(4 424,57)
Resultados antes de impostos		669 162,54	67 775,97
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		669 162,54	67 775,97

Vila Nova de Gaia, 13 de março de 2019

MESA ADMINISTRATIVA

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicilio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	616 329,24	51 255,23	55 735,55	723 320,02
Subsídios, doações e legados à exploraç:	544 025,26	21 367,89	110 777,81	676 170,96
ISS, IP - Centros Distritais	473 509,59	20 367,00	108 368,18	602 244,77
Subsídios, doações e legados à exploração	70 515,67	1 000,89	2 409,63	73 926,19
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(45 169,34)	(2 502,40)	(6 024,46)	(53 696,20)
Fornecimentos e serviços externos	(513 729,20)	(40 917,49)	(71 562,94)	(626 209,63)
Gastos com o pessoal	(704 952,48)	(48 909,78)	(117 748,98)	(871 611,24)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	9 969,50	693,00	1 668,36	12 330,86
Provisões (aumentos/reduções)	8 448,82	587,29	1 413,88	10 449,99
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(377,26)	(26,23)	(63,13)	(466,62)
Outros rendimentos e ganhos	1 116 382,65	75 124,00	182 524,50	1 374 031,15
Rendas propriedades de investimento	374 597,15	26 038,79	62 687,69	463 323,63
Outros rendimentos e ganhos	741 785,50	49 085,21	119 836,81	910 707,52
Outros gastos	(49 338,84)	(3 196,78)	(7 696,14)	(60 231,76)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	981 588,35	53 474,73	149 024,45	1 184 087,53
Gastos/reversões de depreciação e de a	(116 057,30)	(8 067,31)	(19 421,84)	(143 546,45)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	865 531,05	45 407,42	129 602,61	1 040 541,08
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(411,48)	(28,60)	(68,86)	(508,94)
Resultado antes de impostos	865 119,57	45 378,82	129 533,75	1 040 032,14
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	865 119,57	45 378,82	129 533,75	1 040 032,14

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÓNIO ALMEIDA COSTA

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicilio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	581 823,27	63 123,97	36 506,27	681 453,51
Subsídios, doações e legados à exploraç:	448 988,27	31 651,91	76 275,01	556 915,19
ISS, IP - Centros Distritais	433 681,55	30 302,69	74 654,22	538 638,46
Subsídios, doações e legados à exploração	15 306,72	1 349,22	1 620,79	18 276,73
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(50 416,76)	(3 904,61)	(4 690,54)	(59 011,91)
Fornecimentos e serviços externos	(588 793,05)	(55 064,35)	(56 370,07)	(700 227,47)
Gastos com o pessoal	(725 926,42)	(67 923,57)	(81 595,37)	(875 445,36)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(5 789,56)	(545,20)	(654,93)	(6 989,69)
Provisões (aumentos/reduções)	8 200,17	772,20	927,63	9 900,00
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(366,15)	(34,48)	(41,42)	(442,05)
Outros rendimentos e ganhos	266 971,10	22 121,95	28 240,18	317 333,23
Rendas propriedades de investimento	226 041,14	21 286,02	25 570,51	272 897,67
Outros rendimentos e ganhos	40 929,96	835,93	2 669,67	44 435,56
Outros gastos	(15 321,87)	(2 530,53)	(1 496,86)	(19 349,26)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(80 631,00)	(12 332,71)	(2 900,10)	(95 863,81)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(86 479,80)	(8 143,70)	(9 782,88)	(104 406,38)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(167 110,80)	(20 476,41)	(12 682,98)	(200 270,19)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(399,37)	(37,61)	(45,18)	(482,16)
Resultado antes de impostos	(167 510,17)	(20 514,02)	(12 728,16)	(200 752,35)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(167 510,17)	(20 514,02)	(12 728,16)	(200 752,35)

EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS

	ERPI	Centro Dia	Apoio Domicilio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	381 196,60	38 351,59	34 538,17	454 086,36
Subsídios, doações e legados à exploração	295 713,79	21 329,65	76 874,41	393 917,85
ISS, IP - Centros Distritais	284 663,00	20 400,54	75 846,93	380 910,47
Subsídios, doações e legados à exploração	11 050,79	929,11	1 027,48	13 007,38
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(30 758,33)	(2 711,51)	(2 998,61)	(36 468,45)
Fornecimentos e serviços externos	(327 998,10)	(33 903,53)	(44 794,18)	(406 695,81)
Gastos com o pessoal	(475 358,69)	(48 849,46)	(54 021,76)	(578 229,91)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(1 637,04)	(169,49)	(187,43)	(1 993,96)
Provisões (aumentos/reduções)	5 870,15	607,75	672,10	7 150,00
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(262,11)	(27,14)	(30,01)	(319,26)
Outros rendimentos e ganhos	194 215,29	19 312,48	23 022,82	236 550,59
Rendas propriedades de investimento	170 145,34	17 615,53	19 480,71	207 241,58
Outros rendimentos e ganhos	24 069,95	1 696,95	3 542,11	29 309,01
Outros gastos	(5 820,65)	(602,09)	(665,84)	(7 088,58)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35 160,91	(6 661,75)	32 409,67	60 908,83
Gastos/reversões de depreciação e de a	(41 175,21)	(4 262,96)	(4 714,34)	(50 152,51)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(6 014,30)	(10 924,71)	27 695,33	10 756,32
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(285,89)	(29,60)	(32,73)	(348,22)
Resultado antes de impostos	(6 300,19)	(10 954,31)	27 662,60	10 408,10
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(6 300,19)	(10 954,31)	27 662,60	10 408,10

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Pré-Escolar		TOTAL
Vendas e serviços prestados	110 610,16	142 600,74	-	253 210,90
Subsídios, doações e legados à exploração	219 107,62	260 570,09	-	479 677,71
ISS, IP - Centros Distritais	215 678,01	255 634,80	-	471 312,81
Subsídios, doações e legados à exploração	3 429,61	4 935,29	-	8 364,90
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(4 074,77)	(5 863,70)	-	(9 938,47)
Fornecimentos e serviços externos	(94 985,21)	(139 961,45)	-	(234 946,66)
Gastos com o pessoal	(231 932,03)	(333 755,85)	-	(565 687,88)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(407,50)	(586,39)	-	(993,89)
Provisões (aumentos/reduções)	2 706,00	3 894,00	-	6 600,00
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	(120,83)	(173,87)	-	(294,70)
Outros rendimentos e ganhos	21 454,27	31 058,22	-	52 512,49
Rendas propriedades de investimento	14 475,56	20 830,69	-	35 306,25
Outros rendimentos e ganhos	6 978,71	10 227,53	-	17 206,24
Outros gastos	(2 300,87)	(3 311,02)	-	(5 611,89)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20 056,84	(45 529,23)	-	(25 472,39)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(21 550,06)	(31 011,07)	-	(52 561,13)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(1 493,22)	(76 540,30)	-	(78 033,52)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(131,79)	(189,65)	-	(321,44)
Resultado antes de impostos	(1 625,01)	(76 729,95)	-	(78 354,96)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(1 625,01)	(76 729,95)	-	(78 354,96)

CASA DE ACOLHIMENTO Nº SRª DA MISERICÓRDIA

	CA		TOTAL
Vendas e serviços prestados	4 850,22		4 850,22
Subsídios, doações e legados à exploraç	88 148,97		88 148,97
ISS, IP - Centros Distritais	86 518,95		86 518,95
Subsídios, doações e legados à exploração	1 630,02		1 630,02
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(4 481,74)		(4 481,74)
Fornecimentos e serviços externos	(44 202,92)		(44 202,92)
Gastos com o pessoal	(137 497,70)		(137 497,70)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(331,29)		(331,29)
Provisões (aumentos/reduções)	2 200,00		2 200,00
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	(98,23)		(98,23)
Outros rendimentos	16 648,76		16 648,76
Rendas propriedades de investimento	11 768,75		11 768,75
Outros rendimentos	4 880,01		4 880,01
Outros gastos	(40 030,92)		(40 030,92)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(114 794,85)		(114 794,85)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(12 021,90)		(12 021,90)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(126 816,75)		(126 816,75)
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(107,15)		(107,15)
Resultado antes de impostos	(126 923,90)		(126 923,90)
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	(126 923,90)		(126 923,90)

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL - SAS

	SAS		TOTAL
Vendas e serviços prestados	265,35		265,35
Subsídios, doações e legados à exploraç	49 681,47		49 681,47
ISS, IP - Centros Distritais	29 995,68		29 995,68
Subsídios, doações e legados à exploração	19 685,79		19 685,79
Variação nos inventários da produção	-		-
Trabalhos para a própria entidade	-		-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(371,35)		(371,35)
Fornecimentos e serviços externos	(8 164,19)		(8 164,19)
Gastos com o pessoal	(40 354,97)		(40 354,97)
Ajustamentos de inventários (perdas/re	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(124,24)		(124,24)
Provisões (aumentos/reduções)	825,00		825,00
Provisões específicas (aumentos/reduç	-		-
Outras imparidades (perdas/reversões]	-		-
Aumentos/reduções de justo valor	(36,84)		(36,84)
Outros rendimentos	12 171,41		12 171,41
Rendas propriedades de investimento	4 413,28		4 413,28
Outros rendimentos	7 758,13		7 758,13
Outros gastos	(8 427,90)		(8 427,90)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 463,74		5 463,74
Gastos/reversões de depreciação e de a	(2 395,27)		(2 395,27)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	3 068,47		3 068,47
Juros e rendimentos similares obtidos	-		-
Juros e gastos similares suportados	(40,18)		(40,18)
Resultado antes de impostos	3 028,29		3 028,29
Imposto sobre o rendimento do período	-		-
Resultado Líquido do Período	3 028,29		3 028,29

OUTRAS ATIVIDADES

	Residências Seniores Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Centro de Medicina Física e Reabilitação	Serviço de Gestão Património e Recursos Técnicos	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	664 802,89	1 228 522,61	804 895,18	4 017,20	103 947,00
Subsídios, doações e legados à exploração ISS, IP - Centros Distritais	5 502,61	2 323,78	1 787,52	3 575,06	17 000,00
Subsídios, doações e legados à exploração	-	-	-	-	-
Variação nos inventários da produção	5 502,59	2 323,78	1 787,52	3 575,06	17 000,00
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(19 570,53)	(858 927,04)	(18 253,09)	(992,45)	(507,28)
Gastos com o pessoal	(378 212,97)	(57 970,28)	(403 468,09)	(46 550,52)	(105 014,53)
Ajustamentos de inventários (perdas/rev	(492 742,81)	(182 386,59)	(292 981,83)	(181 036,93)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	(911,05)	(538,35)	(414,12)	(828,24)	-
Provisões específicas (aumentos/redução	6 050,01	3 575,00	2 750,00	5 500,00	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	(270,14)	(159,63)	(122,79)	(245,59)	-
Rendas propriedades de investimento	82 875,86	42 171,87	16 685,54	230 862,74	-
Outros rendimentos	46 896,43	19 124,22	14 710,94	29 421,88	-
Outros gastos	35 979,43	23 047,65	1 974,60	201 440,86	-
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(6 451,49)	(21 630,54)	(10 334,85)	(3 480,32)	(382,60)
Gastos/reversões de depreciação e de am	(138 927,62)	154 980,83	100 543,47	10 820,95	15 042,59
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(66 778,15)	(28 210,84)	(11 899,76)	(10 553,07)	-
Juros e rendimentos similares obtidos	(205 705,77)	126 769,99	88 643,71	267,88	15 042,59
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos	(294,65)	(1 052,11)	(1 678,54)	(267,88)	-
Imposto sobre o rendimento do período	(206 000,42)	125 717,88	86 965,17	0,00	15 042,59
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-
	(206 000,42)	125 717,88	86 965,17	0,00	15 042,59

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	3 588 634,24	-	3 835 274,03	407 548,13	-	2 832 079,88	47 164,40	10 710 700,68	-	10 710 700,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(51 752,04)		(51 752,04)		(51 752,04)
	2	-	-	-	-	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)	-	(51 752,04)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							67 775,97	67 775,97	-	67 775,97
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							67 775,97	16 023,93	-	16 023,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									-		-
Subsídios, doações e legados									-		-
Outras operações					47 164,40		152 427,85	(47 164,40)	152 427,85		152 427,85
	5	-	-	-	47 164,40	-	152 427,85	(47 164,40)	152 427,85	-	152 427,85
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+4	3 588 634,24	-	3 835 274,03	454 712,53	-	2 932 755,69	67 775,97	10 879 152,46	-	10 879 152,46

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	3 588 634,24	-	3 835 274,03	454 712,53	-	2 932 755,69	67 775,97	10 879 152,46	10 879 152,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas								-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(55 944,84)		(55 944,84)	(55 944,84)
	7	-	-	-	-	-	(55 944,84)	-	(55 944,84)	(55 944,84)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							669 162,54	669 162,54	669 162,54
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							669 162,54	613 217,70	613 217,70
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos								-	-	-
Subsídios, doações e legados							68 750,07	68 750,07	68 750,07	68 750,07
Outras operações					67 775,97			(67 775,97)	-	-
	10	-	-	-	67 775,97	-	68 750,07	(67 775,97)	68 750,07	68 750,07
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	3 588 634,24	-	3 835 274,03	522 488,50	-	2 945 560,92	669 162,54	11 561 120,23	11 561 120,23

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	PERÍODOS
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		6 181 798,86	5 649 194,24
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(3 652 866,52)	(3 584 589,44)
Pagamentos ao pessoal		(4 116 864,68)	(4 005 524,58)
Caixa gerada pelas operações		(1 587 932,34)	(1 940 919,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1 895 461,16	2 067 488,93
Recebimentos de Subsídios		2 199 060,28	2 268 804,70
Outros recebimentos/pagamentos		(303 599,12)	(201 315,77)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		307 528,82	126 569,15
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(714 401,20)	(603 068,55)
Ativos intangíveis		(259,53)	(2 094,80)
Investimentos financeiros		(5 968,37)	(4 434,05)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 103 000,00	257 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 404,64	1 219,72
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			152 427,85
Juros e rendimentos similares		1 063,63	2 070,61
Dividendos		142,50	138,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		384 981,67	(196 741,05)
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		120 000,00	1 078,12
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(46 044,21)	(30 327,31)
Juros e gastos similares		(3 556,66)	(3 368,15)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		70 399,13	(32 617,34)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		762 909,62	(102 789,24)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 133 248,68	1 236 037,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 896 158,30	1 133 248,68

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da República n.º 47, Série III, de 25 de Fevereiro de 2003, e tem a sua sede social na Rua Teixeira Lopes, n.º 33 em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 13 de março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, e alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de julho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e

Normas Interpretativas (NI).

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos clientes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos

e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	10
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5

Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.1.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.1.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõem o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Conforme o parágrafo 7.5 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, as propriedades de investimento são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

3.1.2.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

3.1.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.1.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

3.1.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício de 2018 não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício de 2018 os pressupostos referentes às estimativas mantêm-se.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No ano de 2018 não foram efetuadas correções materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2017						
	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-dez-2017
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	829 906,11	-	-	-	-	829 906,11
Edifícios e outras construções	15 098 456,43	-	-	575 103,63	-	15 673 560,06
Equipamento básico	1 728 340,58	19 713,44	-	-	-	1 748 054,02
Equipamento de transporte	343 499,21	-	-	-	-	343 499,21
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	491 942,35	26 715,42	-	-	-	518 657,77
Investimentos em curso	1 068 421,72	646 817,70	-	(575 103,63)	-	1 140 135,79
Outros Ativos fixos tangíveis	33 750,39	-	-	-	-	33 750,39
Total	19 594 316,79	693 246,56	-	-	-	20 287 563,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(6 013 485,06)	(327 981,72)	-	-	-	(6 341 466,78)
Equipamento básico	(1 585 175,42)	(60 200,66)	-	-	-	(1 645 376,08)
Equipamento de transporte	(304 971,71)	(9 836,79)	-	-	-	(314 808,50)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(448 952,47)	(21 971,28)	-	-	-	(470 923,75)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23 778,67)	(589,15)	-	-	-	(24 367,82)
Total	(8 376 363,33)	(420 579,60)	-	-	-	(8 796 942,93)
TOTAL LÍQUIDO 2017						11 490 620,42

31 de dezembro de 2018						
	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-dez-2018
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	829 906,11	17 187,52	(44 540,00)	-	-	802 553,63
Edifícios e outras construções	15 673 560,06	68 365,70	(306 542,21)	633 302,12	-	16 068 685,67
Equipamento básico	1 748 054,02	168 204,86	(20 741,39)	-	-	1 895 517,49
Equipamento de transporte	343 499,21	-	-	-	-	343 499,21
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	518 657,77	59 350,49	(480,96)	-	-	577 527,30
Investimentos em curso	1 140 135,79	445 063,41	-	(633 302,12)	1 683,85	953 580,93
Outros Ativos fixos tangíveis	33 750,39	-	-	-	-	33 750,39
Total	20 287 563,35	758 171,98	(372 304,56)	-	1 683,85	20 675 114,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(6 341 466,78)	(378 399,12)	56 988,08	-	-	(6 662 877,82)
Equipamento básico	(1 645 376,08)	(67 704,47)	-	-	-	(1 713 080,55)
Equipamento de transporte	(314 808,50)	(9 836,79)	-	-	-	(324 645,29)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(470 923,75)	(25 026,32)	209,91	-	-	(495 740,16)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(24 367,82)	(361,71)	-	-	(1 210,00)	(25 939,53)
Total	(8 796 942,93)	(481 328,41)	57 197,99	-	(1 210,00)	(9 222 283,35)
TOTAL LÍQUIDO 2018						11 452 831,27

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2018						
	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2018
Custo						
Programas de Computador	14 541,45	259,53	-	-	-	14 800,98
Total	14 541,45	259,53	-	-	-	14 800,98
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(12 695,89)	(1 197,05)	-	-	-	(13 892,94)
Total	(12 695,89)	(1 197,05)	-	-	-	(13 892,94)
TOTAL LÍQUIDO	1 845,56					908,04

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de dezembro de 2017						
	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2017
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
...	-	-	-	-	-	-
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
31 de dezembro de 2018						
	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2018
Custo						
Bens móveis	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19
...	-	-	-	-	-	-
Total	52 097,19	-	-	-	-	52 097,19

7. Locações

A Entidade não detinha adquiridos com recurso à locação financeira:

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	46 044,21	3 556,66	49 600,87	30 327,31	3 472,26	33 799,57
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	46 044,21	3 556,66	49 600,87	30 327,31	3 472,26	33 799,57

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2017 e 2018 é o seguinte:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	58 279,00	157 127,23	215 406,23	28 325,78	113 124,66	141 450,44
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Total	58 279,00	157 127,23	215 406,23	28 325,78	113 124,66	141 450,44

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Saldo em 01-jan-2017					
Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2017
Mercadorias	120 836,61	811 610,05		(794 889,58)	137 557,08
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69 771,17	164 159,04	-	(173 401,71)	60 528,50
Total	190 607,78	975 769,09	-	(968 291,29)	198 085,58
Saldo em 01-jan-2018					
Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-dez-2018
Mercadorias	137 557,08	840 588,32	-	(855 129,51)	123 015,89
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 528,50	200 054,40	-	(207 089,00)	53 493,90
Total	198 085,58	1 040 642,72	-	(1 062 218,51)	176 509,79

10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	1 227 372,76	1 053 599,32
Prestação de Serviços	3 695 998,48	3 443 807,10
Quotas dos utilizadores	2 872 049,55	2 622 102,82
Quotas e Jóias	17 690,05	21 210,17
Invalidez e Reabilitação	804 010,68	797 848,91
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros Serviços	2 248,20	2 645,20
SubTotal	4 923 371,24	4 497 406,42
Juros	1 500,42	1 999,46
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	4 924 871,66	4 499 405,88

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Processos judiciais em curso	151 500,00	-	55 000,00	96 500,00
Total	151 500,00	-	55 000,00	96 500,00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Entidade reconheceu os seguintes valores em “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	2 157 857,94	2 268 804,69
Centro Regional Segurança Social	2 109 621,14	2 202 647,81
Instituto Emprego e Formação Profissional	31 236,80	59 436,88
POPH - Formação	-	-
Programa PIEF	-	-
Câmara Municipal Vila Nova Gaia	17 000,00	6 720,00
Apoios do Governo	-	-
Subtotal	2 157 857,94	2 268 804,69
Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	26 177,03	10 799,15
Doações	90 666,15	61 878,64
Heranças	-	-
Legados	-	-
Subtotal	116 843,18	72 677,79
TOTAL	2 274 701,12	2 341 482,48

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2017 e 2018, foi de 9.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicáveis às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 286 e em 31/12/2018 foi de 296.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3 339 361,13	3 188 810,81
Compensações Cessação Contrato Trabalho	72 490,44	146 754,05
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	12 500,00	-
Encargos sobre as Remunerações	735 096,21	700 913,29
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	44 067,52	44 224,49
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	14 459,92	16 660,14
Total	4 217 975,22	4 097 362,78

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.225,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	7 407,24	9 809,86
Outros Investimentos Financeiros	3 044,82	3 059,78
Fundo Compensação Segurança Social	11 024,14	6 498,68
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	21 476,20	19 368,32

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	41 217,30	71 918,89
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade - irmãos	(32 192,24)	(68 613,88)
Total	9 025,06	3 305,01
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	202 244,63	181 436,36
Clientes	134 557,41	118 002,28
Inquilinos	6 824,25	15 715,63
Utentes	60 862,97	47 718,45
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	142 061,99	204 923,36
Clientes	2 229,48	7 952,47
Inquilinos	86 226,02	74 604,02
Utentes	53 606,49	122 366,87
Perdas por Imparidade acumuladas	(142 061,99)	(204 923,36)
Clientes	(2 229,48)	(7 952,47)
Inquilinos	(86 226,02)	(74 604,02)
Utentes	(53 606,49)	(122 366,87)
Total	202 244,63	181 436,36

Decomposição das Imparidades

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Inquilinos	(28 853,64)	(13 684,65)
Utentes	(3 352,98)	(15 194,68)
Perdas por imparidade - irmãos	-	(12 255,39)
Total	(32 206,62)	(41 134,72)
Reversão de Imparidades		
Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Inquilinos	5 365,38	9 970,42
Utentes	26 047,27	10 539,27
Perdas por imparidade - irmãos	-	-
Total	31 412,65	20 509,69
Imparidades do Período - Saldo		
Descrição	2018	2017
Clientes	-	-
Inquilinos	(23 488,26)	(3 714,23)
Utentes	22 694,29	(4 655,41)
Perdas por imparidade - irmãos	-	(12 255,39)
Total	(793,97)	(20 625,03)
Desreconhecimento Dividas		
Descrição	2018	2017
Clientes	5 722,99	-
Inquilinos	11 866,26	68 412,02
Utentes	46 066,09	13 002,26
Perdas por imparidade - irmãos	-	-
Total	63 655,34	81 414,28
Perdas por Imparidade acumuladas		
Descrição	2018	2017
Clientes	(2 229,48)	(7 952,47)
Inquilinos	(86 226,02)	(74 604,02)
Utentes	(53 606,49)	(122 366,87)
Total	(142 061,99)	(204 923,36)

15.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	2 326,98	1 699,53
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	22 904,15	31 716,96
Entidades do Setor Público Administrativo	-	-
Outros Devedores	70 169,09	65 403,85
- AT - Restituição IVA da Alimentação	46 927,14	19 266,57
- Outros devedores	23 241,95	46 137,28
Adiantamentos a Fornecedores	8 593,14	602,70
Perdas por Imparidade	-	-
Total	103 993,36	99 423,04

15.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	18 044,65	8 434,15
Total	18 044,65	8 434,15
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	198 202,88	250 223,13
Mensalidades a reconhecer em 2019	42 881,62	30 615,04
Fundos Utentes	64 800,00	70 200,00
Rendas a reconhecer em 2019	50 892,66	50 892,66
Total	356 777,16	401 930,83

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	1 665,88	1 511,53
Depósitos à ordem	1 284 492,42	231 737,15
Depósitos a prazo	610 000,00	900 000,00
Outros	-	-
Total	1 896 158,30	1 133 248,68

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	3 588 634,24	-	-	3 588 634,24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3 835 274,03	-	-	3 835 274,03
Resultados transitados	454 712,53	67 775,97	-	522 488,50
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 338 736,60	-	(55 944,84)	1 282 791,76
Doações	1 594 019,09	68 750,07	-	1 662 769,16
Resultado líquido exercício	67 775,97	669 162,54	(67 775,97)	669 162,54
Total	10 879 152,46	805 688,58	(123 720,81)	11 561 120,23

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	638 378,81	616 212,20
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Total	638 378,81	616 212,20

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	6 215,44	6 215,44
Total	6 215,44	6 215,44
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	27 443,25	24 944,53
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	20 494,47	22 751,23
Segurança Social	81 379,09	78 910,75
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	129 316,81	126 606,51

15.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	573 060,03	-	569 843,14
Remunerações a pagar	-	570 672,46	-	565 255,14
Cauções	-	2 387,57	-	2 492,33
Outras operações	-	-	-	2 095,67
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	42 927,81	-	40 960,77
Guarda Valores Utentes	-	245 865,50	-	251 049,45
Outros credores	-	79 147,95	-	14 370,55
Adiantamentos de clientes e utentes	-	1 003,40	-	1 003,40
Total	-	942 004,69	-	877 227,31

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	1 155 825,47	1 284 842,99
Gertal	801 781,24	802 126,81
Centro de Medicina Física e Reabilitação	210 679,28	221 905,64
Outros subcontratos	143 364,95	260 810,54
Serviços especializados	1 159 497,00	1 067 817,15
Vigilância e Segurança	154 300,46	142 071,56
Honorários Trab Independentes	112 596,16	103 014,35
Conservação e Reparação Equipamentos	127 463,44	135 737,88
Conservação edifícios afetos atividade	289 992,03	291 814,62
Conservação património rendimento	131 557,45	81 484,21
Encargos Saúde Utentes	152 851,97	144 411,24
Outros Serviços Especializados	190 735,49	169 283,29
Materiais	53 751,74	53 898,99
Energia e fluidos	417 134,38	396 429,19
Deslocações, estadas e transportes	13 153,59	16 189,07
Serviços diversos	212 300,89	189 192,66
Comunicações	38 504,01	35 806,25
Seguros	22 316,96	23 362,95
Limpeza, higiene e conforto	126 531,28	95 940,79
Outros	24 948,64	34 082,67
Total	3 011 663,07	3 008 370,05

15.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	297 042,36	346 311,34
Descontos de pronto pagamento obtidos	13 598,78	26 163,97
Recuperação de dívidas a receber	5 692,31	3 665,05
Ganhos em inventários	-	460,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,69	142,04
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 108 275,42	1 024 190,90
Alienações investimentos não financeiros	845 383,67	288 500,00
Juros de depósitos obtidos	1 357,92	1 999,46
Dividendos obtidos	142,50	-
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	110 349,99	167 271,81
Subsídios Investimento	55 944,84	51 752,04
Correções Exercícios Anteriores	34 959,85	43 957,11
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	7 409,66	63 094,19
Outros	12 035,64	8 468,47
Total	2 381 843,64	1 858 704,57

15.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	25 202,92	26 745,15
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	26 578,15	2 983,10
Perdas em inventários	-	255,86
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	36 477,80	-
Apoio pecuniário a carenciados	7 917,72	9 157,04
Outros Gastos Similares	9 478,87	3 378,19
Outros Gastos e Perdas	77 364,65	17 098,22
Correções relativas anos anteriores	26 978,00	6 555,98
Donativos	1 975,44	1 902,84
Quotizações	4 659,20	3 774,80
Contrato Vitalícios	-	-
Outras Penalidades (contratuais)	37 734,39	1 318,02
Outros	6 017,62	3 546,58
Total	183 020,11	59 617,56

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 101,27	4 424,57
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	5 101,27	4 424,57

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

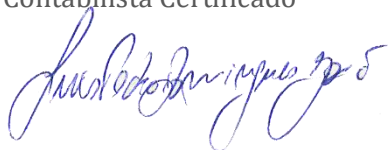
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

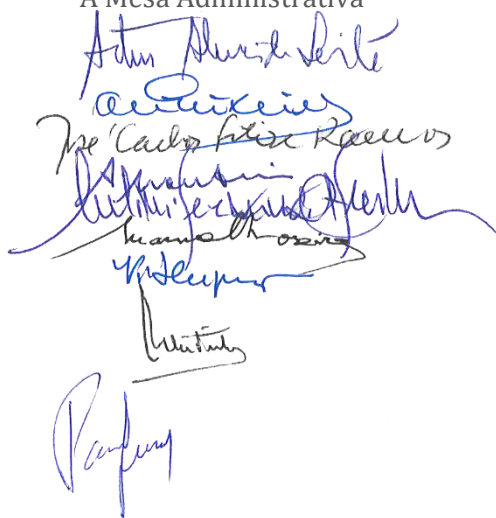
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 13 de março de 2019.

Vila Nova de Gaia, 13 de março de 2019

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia 14 de março de 2019 pelas 17:30 horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, reuniu o Conselho Fiscal para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2018 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

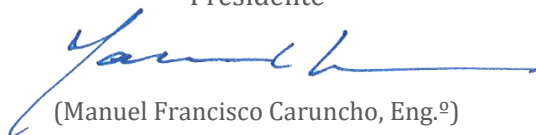
Nesta reunião foram presentes o Relatório de Atividades e Contas de 2018, tendo estes documentos sido analisados de forma detalhada, obtendo o Conselho Fiscal todos os esclarecimentos que foram solicitados.

Assim, tendo em conta a análise anteriormente referida, bem como a apreciação da certificação legal das contas emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Conselho Fiscal entende que ambos os documentos merecem o parecer favorável deste órgão.

Vila Nova de Gaia, 14 de março de 2019.

O Conselho Fiscal,

Presidente



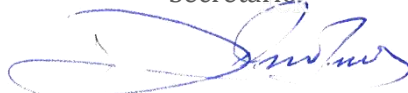
(Manuel Francisco Caruncho, Eng.º)

Vice-Presidente



(Mario Rui Matos, Dr.)

Secretário



(José Pereira Gomes, Dr.)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13.939.503,93 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.561.120,23 euros, incluindo um resultado líquido de 669.162,54 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

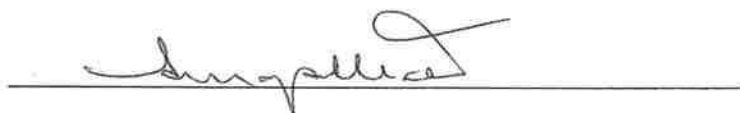
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de março de 2019



António Magalhães & Carlos Santos, SROC
Representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179



SANTA
CASA
Misericórdia de Vila Nova de Gaia

Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia
Rua Teixeira Lopes, 33
4400-320 Vila Nova de Gaia
Tel: 223 773 350
geral@scmg.pt
www.scmg.pt



Assurance
In Social Services